

Maria Assunção
Pinto Correia

O essencial sobre

CAROLINA MICHAËLIS
DE VASCONCELOS

Maria Assunção
Pinto Correia

O essencial sobre

CAROLINA MICHAËLIS
DE VASCONCELOS

hcm

O estudioso da história da literatura e da cultura portuguesas depara muitíssimas vezes com o nome de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Uma vasta obra, pois abrange perto de duzentos títulos e recobre, para além dos domínios já mencionados, os mais particulares da Filologia, da Etnografia, da Pedagogia —, revela-nos, na verdade, a personalidade da sua Autora, uma personalidade muito rica, aliada a uma preparação extraordinariamente sólida.

BREVE NOTÍCIA BIOGRÁFICA

Essa preparação consistente e multifacetada, não a recebeu D. Carolina Michaëlis em Portugal, mas ainda na Alemanha, muito concretamente num dos seus centros culturais mais importantes do século XIX, a cidade de Berlim, onde nasceu a 15 de Março de 1851.

Filha de um professor universitário, especialista em taquigrafia, o Dr. Gustav Michaëlis, iniciou os seus estudos num colégio feminino de Berlim, que frequentou até aos 16 anos, prosseguindo-os depois em casa, sob a orientação de um conhecido roma-

nista, o Prof. Goldbeck. Nessa época, o ensino universitário estava vedado às mulheres; por conseguinte, daí em diante, toda a formação de Carolina Michaëlis foi a de uma autodidacta.

Lia tudo o que lhe ia parar às mãos, impulsionada pelas palavras irónicas do seu autor preferido, Jean Paul, segundo o qual as mulheres não sabiam senão «folhear» livros. Mesmo da obra mais densa e aborrecida, retirava notas, apunha observações nas margens; hábito esse de leitura crítica a que nunca renunciaria e que o leitor mais curioso em desvendar os processos de trabalho da investigadora poderá comprovar, se se der ao incómodo de percorrer com a vista algumas das obras que fizeram parte da sua biblioteca e que se encontram hoje na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O ambiente familiar foi-lhe propício. «Numa ocasião, o Grimm dos contos afagou-lhe os cabelos, sorridente, ao deparar com aquele olhar infantil, radioso, que o observava com tal entusiasmo» (*)¹ — recordação de infância, sem dúvida, que Helene Lange regista no seu breve, mas emotivo, retrato de Carolina Michaëlis («Eine deutsche Frau und Gelehrte» *Die Frau*, fasc. 11, Berlim 1894, p. 718).

Consta, de facto, que Jakob Grimm, mas também Alexander von Humboldt e Varnhagen von Ense se encontravam entre os amigos da família e não deixaram, certamente, de influenciar a jovem Carolina

1 O asterisco colocado entre parênteses, após uma citação, indicará, neste estudo, que a tradução do texto é da nossa responsabilidade. — N.A.

na direcção que imprimiu aos seus estudos. Interessa-lhe, sobretudo, o árabe, que, ao longo de dois anos, estuda particularmente com o linguista Maetznner; depois, as línguas germânicas e eslavas, e ainda o sânscrito, as línguas e as literaturas semíticas, o provençal, o francês antigo; e, por fim, o espanhol, com o qual o Prof. Goldbeck a obriga a confrontar-se, sem quaisquer estudos prévios, ao dar-lhe para as mãos uma tradução em espanhol do Novo Testamento. Do espanhol para as outras línguas peninsulares — o catalão e o português —, é apenas um passo. Como único auxílio, a sua inabalável persistência. Já quase no fim da vida, aconselhará Alfredo Pimenta, numa das suas múltiplas cartas, a estudar sozinho o alemão, tal como na juventude ela aprendera todas essas línguas.

Em 1872, Carolina Michaëlis é intérprete oficial do Ministério do Interior para os assuntos da Península Ibérica. Mas, já antes, apenas com 16 anos, havia publicado, numa revista de Viena, uma crítica ao estudo do romanista A. Mussafia sobre a versão em prosa da lenda de Crescentia em antigo espanhol («Altspanische Prosadarstellung der Crescentiasage von A. Mussafia — Wien 1866», *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen* 41, 1867, pp. 106-112).

No ano seguinte, a editora Brockhaus, de Lipsia, encarrega-a da organização dos comentários a uma edição escolar do *Cid* de Herder e, em 1871, de uma nova edição do *Romancero del Cid* (*Romancero del Cid. — Nueva edición añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances*

recopilados, ordenados y publicados por Carolina Michaëlis).

Na base desta incumbência, parece estar a meticulosidade e pertinência com que Carolina Michaëlis havia criticado algumas das edições da Biblioteca Hispânica publicada por aquela casa editora. A erudição da jovem investigadora, o cuidado que prova ao localizar textos inéditos como os de Praga (na sua advertência preliminar, ela chama precisamente a atenção para o facto de a sua edição incluir mais dezoito romances do que a «mais rica e mais completa de todas as compilações, a de Duran»), são alguns dos motivos da admiração que transparece da crítica de Teófilo Braga a esta edição:

«Depois dos seguros trabalhos de Bouterwerck, de Jakob Grimm, de Wolf e de von Schak, aparece, gloriosamente secundando esta falange, uma senhora de Berlim, dotada dos conhecimentos mais técnicos da erudição peninsular e guiada pelos métodos inabaláveis da filologia moderna...»

(in Adolfo Coelho (ed.), *Bibliografia Crítica de História e Literatura*, vol. I, 1873-1875, p. 337)

Nesta mesma *Bibliografia*, onde Adolfo Coelho e Joaquim de Vasconcelos (com este último virá Carolina Michaëlis a casar) inserem algumas das notas críticas à tradução do *Fausto* de Goethe por Castilho, inclui-se a que julgamos ser a primeira colaboração de Carolina Michaëlis numa publicação portuguesa, a sua recensão ao *Dictionnaire d'Étymologie*

Française de Auguste Scheler (pp. 369-382). Apoiando-se nos seus profundos conhecimentos das línguas românicas e já do português, contesta muitas das etimologias apresentadas por Scheler.

É, no entanto, em torno da literatura espanhola e da italiana que a investigadora alemã inicia os seus estudos histórico-literários. No domínio da literatura espanhola, para além das obras já mencionadas, edita ainda três obras do antigo teatro espanhol (*Las locedades del Cid*, *El Conde de Sex* e *El desdén con el desdén*) e, para a Biblioteca de autores italianos, uma colectânea de poesia italiana antiga e moderna (1871).

Só em 1873 aparece na sua bibliografia uma alusão explícita ao interesse pela literatura portuguesa, ao publicar, numa revista de Berlim, *Magazin für die Literatur des Auslandes*, na rubrica que trata das literaturas peninsulares, as «Neues aus Spanien und Portugal», uma série de notas em que procura dar conta das novas tendências da vida cultural portuguesa (vol. XLII, 1873, pp. 387-9, 400-2, 411-3).

Esse seu interesse por Portugal não surge apenas na sequência de estudos cada vez mais centrados nas línguas e literaturas peninsulares, mas parece ter sido, de certa forma, intensificado por uma polémica que, em 1872, abalara as letras portuguesas e que não deixara de ter repercussões além-fronteiras, nomeadamente na Alemanha:

«A opinião que temos sobre a Espanha é má e dela transparece o nosso desconhecimento desse país; mas de Portugal ainda sabemos menos e a

nossa opinião é ainda mais severa [...]. No entanto, parece que neste último país começa lentamente a despertar uma nova vida, uma intensa actividade cultural, e a surgirem homens que dizem sem quaisquer peias o que pensam, criticando, com a maior incisão, com o maior arrojo, aquela mediocridade descarada que, ao longo de décadas, dominou o público.

É de três jovens portugueses — Adolfo Coelho, Joaquim de Vasconcelos e Teófilo Braga — que partem estes primeiros esforços com vista a uma regeneração. Quer em conjunto, quer separadamente trabalham para um único fim — mostrar à nação a quantidade de elementos corruptos e perniciosos que a estagnação de todas as forças activas fez surgir no conjunto das camadas sociais e provar que este mal deve ser impiedosamente expurgado e dar lugar a uma seiva sã e fresca. A servidão terá de transformar-se em liberdade, a ignorância em saber, para que a nação como tal não venha a desmoronar-se por completo. Por agora encontram-se completamente isolados nas suas ambições e diligências. Do Governo não têm nada a esperar, pois ele é-lhes hostil e protege, sem saber distinguir o que é autêntico do aparente, apenas empreendimentos literários de importância nula. [...] Estes três conspiradores encontram-se, por conseguinte, sozinhos no seu amor pela pátria e pela causa, confrontam-se com toda a sorte de humilhações e sarcasmos, e hão-de prosseguir com a sua obra, enquanto as forças não os abandonarem. Troçam do Governo, da Universidade, da Academia e podem, com razão, regozijar-se

pelo facto de à sua iniciativa própria se deverem os únicos trabalhos portugueses que merecem a designação de 'científicos'.» (*)

(*Neues aus Spanien und Portugal*, p. 400)

Carolina Michaëlis segue essa polémica com o maior interesse e inicia uma longa correspondência («correspondência que se tornará cada vez mais viva e pessoal», como o afirma Helene Lange no referido artigo da revista *Die Frau*) com um dos vultos mais envolvidos nessa discussão, Joaquim de Vasconcelos, a que já fizemos referência.

Joaquim de Vasconcelos, ilustre musicólogo e historiador de arte, que era natural do Porto, onde nascera em 1848, tinha feito os estudos liceais na Alemanha, em Hamburgo (entre 1859 e 1865), aí voltando mais tarde (1870-1871) para continuar os seus estudos superiores. O seu regresso a Portugal é marcado por um profundo descontentamento e desânimo perante a mesquinhez da vida intelectual portuguesa. Este estado de espírito leva-o, de certa forma, a lançar-se na referida querela, arrastando atrás de si outros intelectuais portugueses, como Adolfo Coelho, Gomes Monteiro, Graça Barreto e Antero de Quental.

Na base da polémica, estava a tradução que António Feliciano de Castilho fizera do *Fausto* de Goethe, publicada em 1872. Conhecedor profundo da língua alemã, ao contrário de Castilho, Joaquim de Vasconcelos descobre na tradução portuguesa graves deturpações decorrentes de uma utilização insufi-

ciente das fontes, do desconhecimento total da obra de Goethe na sua densidade. Em suma, via nessa tradução um atentado ao seu autor, uma verdadeira profanação.

A polémica arrasta-se por longo tempo, acompanhada por opúsculos mais ou menos virulentos, de ambas as partes, e de que Graça Barreto em 1874, faz o balanço: *A questão do «Fausto» pela última vez. Observações a alguns contendores e desengano aos literatos*. Mas o que mais nos interessa é o libelo do próprio Joaquim de Vasconcelos, *O Fausto de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho* (1872), que parece ter contribuído para dar à querela uma dimensão não só nacional, a avaliar pelas referências que este faz no seu escrito *O consumado germanista (vulgo o Sr. José Gomes Monteiro) e o mercado das Letras portuguesas* (1873).

Em 1876, Joaquim de Vasconcelos e Carolina Michaëlis casam em Berlim. Segue-se a fixação de residência no Porto.

Os primeiros anos em Portugal correspondem de certa forma a um abrandamento da actividade da investigadora, fase a que se seguirá, parece-nos legítimo afirmá-lo, uma concentração cada vez maior nos estudos lusitanos e o alargamento da sua investigação, à medida também que a sua atitude se vai tornando mais participativa, a outras áreas que lhe pareciam inicialmente estranhas, como as da etnografia, da pedagogia, e dos problemas da mulher portuguesa. Em 1880, Carolina Michaëlis prossegue com a sua intensa actividade no campo da investigação lite-

rária e filológica, e a sua vida até 1925, ano em que falece no Porto, foi de entrega incondicional à pesquisa e à docência.

Refugiando-se na sua casa da Rua da Cedofeita ou, em férias, em Águas Santas, pois não apreciava o bulício da vida social, não deixou, todavia, de manter uma correspondência assídua com outros romancistas do tempo, conforme o testemunham as cartas cedidas pela ilustre estudiosa a José Leite de Vasconcelos para o número do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* que lhe é consagrado (cfr. Bibliografia), assim como para o estudo histórico-bibliográfico que este dedicou ao Prof. Wilhelm Storck, o grande tradutor de Camões, *O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1910). Leite de Vasconcelos escreve:

«Desde 1877, e especialmente desde o memorável ano de 1880, até à data da morte de Storck, em 1905, a Sr.^a D. Carolina Michaëlis manteve sempre com ele contínua correspondência epistolar. De muitas das cartas de Storck, que, por mercê da referida Senhora, e a meu pedido, tenho presentes à elaboração deste livro, vejo o alto conceito que ela, com razão, lhe merecia. Storck torna-a confiante de todos os seus cuidados literários, sobretudo portugueses; pede-lhe conselho e informações; ouve-a sempre atentamente; e quando ela, ou também em cartas, ou em artigos bibliográficos, lhe faz apreciações críticas, o poeta alemão longe de se melindrar, agradece-lhe comovido».

(p. 30)

Em 1911, é convidada a tomar conta da cadeira de Literatura Alemã na Faculdade de Letras de Lisboa. Por dificuldade de deslocação à capital, pois a sua vida familiar centrava-se toda no Porto, pede transferência para a Faculdade de Letras de Coimbra, onde ensina até quase ao fim da vida. Também na sua actividade de docência, Carolina Michaëlis assume uma posição única no seu tempo, visto que é a primeira mulher a leccionar numa Faculdade portuguesa. Da mesma forma, é graças aos seus inegáveis méritos como investigadora de renome internacional que a Academia das Ciências de Lisboa, em 1911, lhe abre as portas (assim como a Maria Amália Vaz de Carvalho), não sem que previamente alguns sócios se opusessem à sua admissão, como foi o caso de Veiga Beirão, que se recusou a assinar o parecer favorável redigido por Gonçalves Viana. Segundo a letra e o espírito dos estatutos, parecia-lhe «que não eram elegíveis senão os homens» (Acta das sessões de 28 e de 30 de Março de 1911, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VI, 1912, pp. 95 e 121-123).

Carolina Michaëlis acaba por ser admitida como sócia, para o que deve ter contribuído a defesa do seu talento e a constatação por parte de alguns membros, como Lopes de Mendonça e José Leite de Vasconcelos, de que os tempos eram outros.

Na Alemanha, já havia recebido outras distinções — o título de Doutora em Filosofia pela Universidade de Friburgo (Brisgóia) e da Doutora *honoris causa* pela Universidade de Hamburgo. Em 1901, também, o rei D. Carlos agraciava-a com a Ordem de

São Tiago. As viagens para Coimbra fá-las D. Carolina até quase ao fim da vida, mesmo já adoentada, e não falta às reuniões com os colegas, na tertúlia do Hotel Avenida, que habitualmente tinham lugar depois dos cursos.

A 22 de Outubro de 1920, o Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra envia um ofício ao Ministro da Instrução, solicitando que a Carolina Michaëlis fosse concedida dispensa de serviço para poder concluir os inúmeros trabalhos que tem em mãos. Algumas dessas obras, contudo, nunca haviam de encontrar o seu termo. E, em 1925, no dia 16 de Novembro, falecia, no Porto, a ilustre investigadora.

UMA VASTA OBRA DE SABER E ERUDIÇÃO

Um ano depois da morte de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Mendes dos Remédios, numa conferência pronunciada na Faculdade de Ciências do Porto, numa sessão em homenagem à investigadora luso-alemã, destacava a contribuição por ela dada ao desenvolvimento dos Estudos Românicos, citando um artigo de Eduard Engel, vindo a lume num jornal de Berlim (*Norddeutsche Allgemeine Zeitung*, de 17 de Maio de 1877), pouco depois da morte do romanista alemão Friedrich Diez, intitulado «Eine deutsche Romanistin» («Uma romanista alemã»). Mendes dos Remédios ressaltava só o papel que Carolina Michaëlis poderia vir a desempenhar, ao dar continuidade à secção de Diez:

«No mesmo ano em que Diez tão cedo foi roubado à Ciência apareceu a obra da Senhora Michaëlis Vasconcelos: ela trilha distintamente os passos do seu modelo e está por ventura destinada a ser, a muitos respeito, a sua herdeira espiritual.»

(Separata da revista *Biblos* n.º 5, vol. II, Maio de 1926, p. 9)

Primeiros estudos realizados em Portugal

Atentemos na data do artigo aparecido no jornal berlinense: o ano é 1877. Ora, é precisamente esse ano que marca, por assim dizer, o início da actividade da investigadora em Portugal, com a publicação na revista *O Ensino*, do Porto, de uma série de artigos sobre «A cartilha portuguesa e em especial a do Sr. João de Deus» (n.ºs 2, 3 e 5 de 1877), revelando, assim, desde a primeira hora, o seu interesse por um dos domínios que lhe vão ser especialmente caros — o do ensino em Portugal.

Para o período de 1877 a 1880, a bibliografia de Moldenhauer (cfr. Bibliografia) não indica mais nenhuma publicação. A justificação parece-nos simples: a necessidade de uma maior disponibilidade para a sua nova vida familiar (em 1877, nasce o seu único filho) até conseguir o equilíbrio entre o seu papel dentro da família — a que curiosamente dá grande importância — e a sua actividade de estudiosa e investigadora

Em 1880, um artigo sobre Shakespeare em Portugal certifica-nos que, de facto, essa sua actividade nunca havia cessado e que, ao longo desses três anos, prosseguira com as suas pesquisas, facilitadas a partir de agora por uma maior possibilidade de acesso às bibliotecas e arquivos portugueses.

Retomando, de certa forma, uma via de investigação que já trilhara em 1875 em relação à literatura espanhola, com um estudo sobre a recepção do drama shakespeariano *Hamlet* em Espanha («Hamlet in

Spanien» in *Jahrbuch der Deutschen Shakespeare Gesellschaft*, Weimar, vol. X, pp. 311-54), Carolina Michaëlis alarga-a agora a outras obras do dramaturgo isabelino, traduzidas ou imitadas em Portugal.

Tal como já o fizera ainda na Alemanha, a vida literária e cultural portuguesa é julgada, não apenas pela originalidade das criações dos autores nacionais, mas também pelo eco que neles encontram vultos da literatura universal. Foi o caso de Goethe e da polémica gerada em torno da tradução do *Fausto* por Castilho, a que já fizemos referência; é agora o caso da recepção de Shakespeare em Portugal.

Também no conhecimento de Shakespeare como de outros autores de renome, a Espanha tomara a dianteira em relação a Portugal.

Por essa razão, é com regozijo que, no ano de 1880, no artigo «*Shakespeare in Portugal*» (vol. XV, pp. 266-97), dá conta de um interesse crescente pela obra do dramaturgo, patente na preocupação de traduzir, total ou parcialmente, algumas das suas obras mais divulgadas, mas sobretudo de as imitar. Sempre defendera a tradução criteriosa e objectiva a partir do original. Era essa a preocupação dominante nas palavras com que apoiara a tomada de posição dos três «espíritos mefistofélicos» como apelidara os adversários de Castilho.

Analisa, por conseguinte, as imitações, adaptações e traduções mais recentes da obra shakespeariana da autoria de Rebelo da Silva, António Feliciano de Castilho, Bulhão Pato, rei D. Luís (?) e Petronilho Lamarão. Um desejo de rigor científico leva-a

mais longe e não se debruça sobre o imediato sem previamente historiar o interesse pelo dramaturgo isabelino ao longo dos últimos três séculos, fornecendo ao estudioso da recepção de Shakespeare no nosso país e ao interessado na história do teatro em Portugal, um sem-número de exemplos, nunca omitindo, para assim fomentar estudos futuros, a indicação das fontes e das bibliotecas onde podem ser consultadas.

O tratamento falseador, na maior parte dos casos, a que é sujeito o dramaturgo inglês e os dramaturgos estrangeiros em geral (a literatura dramática portuguesa dos sécs. XVIII e XIX é, como afirma a investigadora, extraordinariamente pobre, pois apenas um quarto dos textos representados é de autores portugueses), descreve-o ela do seguinte modo:

«De traduções, no sentido da crítica moderna, naturalmente que nem se pode falar: tudo aquilo que não satisfazia ao autor da tradução, era riscado, a fala das personagens era sempre adaptada, de modo a agradar ao gosto português [...]. Muitas das vezes achava-se que nem valia a pena citar o nome do autor que se honrava de forma tão duvidosa [...].» (*)

(Jahrbuch, XV, p. 271)

Mas também os tradutores contemporâneos não oferecem versões mais cuidadas e Castilho surge, novamente, no centro da sua crítica, como o exemplo acabado do tradutor que ousa traduzir um autor sem conhecer praticamente a língua em que ele escre-

veu e não tem o menor pejo em recorrer para o efeito a traduções para outras línguas. Fê-lo para o *Fausto*, e repete-o agora para Shakespeare que traduz a partir da versão francesa de Victor Hugo, «aumentando, abreviando, riscando, substituindo e acrescentando, a seu bel-prazer» (*). (*Jahrbuch*, XV, p. 280). A tanta «audácia e ignorância» contrapõe a estudiosa a tentativa do jovem Lamarão que segue verso a verso o original, ao traduzir da tragédia «Júlio César» a oração fúnebre de Marco António.

Domínios preferenciais de investigação

A vastidão da obra de Carolina Michaëlis impede-nos de abordar isolada e aprofundadamente cada um dos seus estudos. Por menos extensos que sejam, deles transparece sempre uma erudição vastíssima, a que teremos aqui de aludir várias vezes. Da mesma riqueza se deu conta José Leite de Vasconcelos, ao escrever, no preâmbulo à lista dos escritos da ilustre romanista, vindos a lume entre 1867 e 1911, as seguintes palavras entusiásticas:

«Desde 1867, quantos livros, quantos opúsculos, quantos artigos! E atenda-se a que às vezes em simples e aparentemente modestas notas se resolvem difíceis problemas, e a que não existe trabalho dela, por mais breve que seja, que não dê ao leitor um ensinamento. Chega a gente a pasmar de como há cérebro que armazene tamanha quantidade de saber, e mesmo de como há maneira de o assim adquirir e

divulgar. Se lemos, por exemplo, o opúsculo sobre *Púcaros*, parece-nos que nunca a autora na sua vida tratou de outro assunto que não fosse Etnografia; se lemos qualquer das dissertações etimológicas, supomos que a sua especialidade única é dissecar e interpretar palavras; finalmente se folheamos um dos tratados de História literária, ficamos na persuasão de que só esta a tem atraído. Sempre por igual em tudo, sempre erudição a rodos, por todos os lados o mesmo espírito a resplandecer: *arte e engenho!*»

(*Boletim da Segunda Classe da Ac. das Ciências de Lisboa*,
vol. V, 1911, pp. 247 e ss.)

Se considerarmos, em primeiro lugar, o domínio da História Literária, pois parece-nos que foi nele que a estudiosa mais desenvolveu as suas investigações (embora não possamos olvidar que na área dos estudos literários está sempre implícita a sua formação filológica), verificaremos que as suas preferências se dirigiram essencialmente para a época medieval e para o séc. XVI, fixando-se como prioridade na poesia trovadoresca, em Camões, Gil Vicente e Sá de Miranda.

Estudos camonianos

Em Camões vê Carolina Michaëlis, como em poucos outros poetas portugueses, incarnada, «com perfeição», «a alma portuguesa enamorada por excelência», tal como o declarava peremptoriamente no pre-

fácio a uma pequena antologia de lírica portuguesa, *As cem melhores poesias (líricas) da língua portuguesa* (Londres, 1910).

Por Camões se interessara muito antes de se fixar em Portugal, ao publicar ainda na editora Brockhaus, de Lipsia, um trabalho de certo fôlego e exigência, precisamente uma nova edição de *Os Lusíadas* (*Os Lusíadas de Luís de Camões. — Nova edição, segundo a do Visconde de Juromenha, conforme à segunda publicada em vida do poeta: com as estâncias desprezadas e omitidas na primeira impressão do poema e com lições e notas — 1873*).

Carolina Michaëlis, cuja acção neste campo emparceira com a de outro ilustre camonista, Wilhelm Storck, não só traduz e anota uma biografia de Camões da autoria do professor de Münster, como comenta algumas das suas traduções da lírica camoniana, guiada sempre por uma preocupação única — expurgar o texto camoniano de todas as deturpações que editores menos cuidadosos e o volver dos tempos lhe foram agregando e atribuir a Camões aquilo que ao seu génio pertencia. As apreciações à tradução das *Rimas* por Storck constam de seis extensas notas publicadas na *Zeitschrift für romanische Philologie* (ZrPh), entre 1880 e 1884 (a publicar em breve pela IN-CM).

José Leite de Vasconcelos, no estudo já aqui mencionado, alude ao acolhimento entusiástico prestado ao trabalho de Storck, dando especial relevo às referidas Notas:

«Entre os artigos cumpre-se especializar os da Sr.^a D. Carolina Michaëlis na *Zeitschrift*. Dizem res-

peito aos volumes I, II, III e IV de Storck. Eles não consistem em meros cumprimentos, nem se ocupam de generalidades, mas constituem análises miúdas quer do texto alemão, quer do português, acompanhadas de correcções, de notas históricas e exegeticas, e de discussões eruditíssimas. Melhor se podem chamar discursos filológicos, do que artigos bibliográficos. A Sr.^a D. Carolina Michaëlis, embora exalte os méritos do seu compatriota, faz-lhe, com toda a independência, as observações críticas que entende dever fazer-lhe, ao mesmo tempo que discute e aclara o problema dos apócrifos camonianos, no qual também, como vimos, Storck trabalhou.»

(*O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa*, p. 139)

De facto, nesses artigos, Carolina Michaëlis procura desvendar, indo mais longe do que Storck, os erros por incúria, as graves alterações introduzidas no texto camoniano pelos seus sucessivos editores, Soropita, Faria e Sousa, Juromenha e pelo seu contemporâneo Teófilo Braga, o qual, embora dispondo já de um aparato crítico digno do maior crédito, que a crítica filológica alemã pusera ao seu dispor, preferira prosseguir na sua metodologia, descobrindo, de ânimo leve, pretensos inéditos de Camões para encher o seu *Parnaso* (vide *ZrPh*, V, 1881, pp. 393-402).

A acusação de superficialidade e de precipitação, irá Carolina Michaëlis repeti-la com preocupante frequência, embora não deixe de reconhecer o dinamismo e a persistência do erudito português —

sempre que tem de citar os trabalhos de Teófilo Braga.

No entanto, o trabalho filológico sobre o texto camoniano só ficará completo quando se considerar todo um contexto biográfico, sociocultural em que ele se inscreve. Para conhecer Camões, é necessário conhecer-lhe os antecessores e os contemporâneos. Só assim será possível dar o seu a seu dono, como no caso das suspeitas de plágio por Diogo Bernardes de alguns sonetos de Camões.

Neste esforço de clarificação da autoria, inserem-se dois outros trabalhos da ilustre romanista: *O Cancioneiro Fernandes Tomás* (Índices, Nótulas e Textos Inéditos), (Coimbra, 1922) e *O Cancioneiro do P.^o Pedro Ribeiro* (Coimbra, 1924), ambos reeditados em volume único em 1980 pela IN-CM.

Pelo primeiro começara Carolina Michaëlis a interessar-se a partir de 1887, data em que teve conhecimento, através de carta do bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás, que este adquirira numa livraria de Amesterdão «um volumoso Cancioneiro manuscrito, intitulado — *Flores Várias de Autores Lusitanos*» do qual constariam «numerosos inéditos e entre eles bastantes de Luís de Camões» (Prefácio de Carolina Michaëlis).

Mais uma vez, o que a interessou sobremaneira foi a questão da acusação de usurpadores e plagiadores, feita a Diogo Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo e Fernão Álvares do Oriente.

A questão dos plágios põe-se não só para a lírica quinhentista, mas para a literatura portuguesa na sua globalidade, como expressão possível do tem-

peramento português, do seu «deixar andar», do seu «desleixo» de que se fazem eco, com tanta insistência, várias páginas da sua *História da Literatura Portuguesa*.

Esta tónica estará sempre presente, quer se trate de lamentar testemunhos para sempre perdidos, quer se pretenda confessar a inépcia para definir com exactidão uma autoria, como na questão dos plágios:

«Tentando explicar o fenómeno, procurei as suas origens, apontando como causadora a prodigalidade dos artistas portugueses, — louvada por uns como bizarra fidalguia, e censurada por outros como desleixo e indiferença, falta de brio e de patriotismo [...]. Ao próprio Camões foram atribuídas poesias alheias logo pelo primeiro, leal e benemérito publicador das suas *Rimas*; e sucessivamente por todos quantos se empenharam em avolumar essa colecção: depois de Soropita, Estevam Lopes, Domingos Fernandes, António Álvares da Cunha, Faria e Sousa, e nos nossos dias o Visconde de Juromenha e Teófilo Braga.

De aí, dessa nobre isenção ou desse feio desmazelo, e em todo o caso da falta de amor dos Portugueses por datas, ou pela exactidão em minúcias, resultaram as numerosas incertezas em que estamos com relação aos verdadeiros autores de jóias líricas [...].»

(*Cancioneiro Fernandes Tomás*, pp. 7-9)

O estudo desse *Cancioneiro* ocupa-a durante vinte anos. Trabalho moroso, de ordenação das 329 composições que o integram e que ela atribui a 45 autores portugueses e a alguns anónimos.

A investigação distribui-se por três partes: catálogo alfabético dos poetas e respectivas obras constantes do *Cancioneiro*; lista das poesias atribuídas a Camões e índice geral do *Cancioneiro*, seguido de notas minuciosas para cada texto. E não esqueçamos que são 329!

Com o segundo estudo, *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, estudo que poderemos considerar complementar do anterior, pretende a investigadora fazer justiça, de uma vez para sempre, à honradez de Diogo Bernardes, durante mais de dois séculos acusado de plagiador de Luís de Camões.

Na «Introdução», concretiza Carolina Michaëlis o escasso material sobre o qual se vai alicerçar o seu estudo (do *Cancioneiro* de 1577 apenas lhe chegou às mãos o índice) e delimita, de certa forma, o âmbito e o objectivo condutor:

«Um *Cancioneiro* composto de poesias de Diogo Bernardes e Luís de Camões, aparentemente perdido sem ter sido explorado a fundo, e do qual subsiste apenas o *Índice*, em oito páginas *in-quarto* — eis o tema que será tratado aqui em dez vezes tantas folhas, e ainda insuficientemente.

Claro que presumo apurar nelas algo de novo e esclarecer alguns pontos escuros, conquanto, architectando de 1880 em diante pouco a pouco as minhas opiniões a respeito dos líricos portugueses dos

séculos XVI e XVII, eu já tenha publicado sucessivamente numerosos ensaios críticos sobre o assunto, no mais recente dos quais relativo ao *Cancioneiro Fernandes Tomás* toco em muitos dos problemas de autoria suscitados pela defeituosa construção das colecções manuscritas. Desta vez serão sobretudo observações relativas àquele magno processo insidiosamente e levemente instaurado em 1649, interrompido até 1689, renovado em 1779 e 1871, contra Diogo Bernardes, o mais bem e mais camonianamente dotado de todos os Bucolistas e Sonetistas do seu tempo e que por isso mesmo foi acusado de haver metido a sua foice em seara alheia [...].»

(p. 1)

Mas Diogo Bernardes, Rodrigues Lobo, Álvares do Oriente não são os únicos, entre os contemporâneos do grande lírico, sobre quem recaem suspeitas de plágio.

Também Pedro de Andrade Caminha foi, talvez com maior justificação, acusado de plagiador. De facto, a abreviatura do seu nome «Cam.», colocada no termo de muitas das suas composições, induziu editores e estudiosos em erro.

A propósito da publicação por Joseph Pribsch das *Poesias Inéditas* de Caminha (Halle, 1898), veio Carolina Michaëlis mais uma vez a público esclarecer, pormenorizar e fornecer elementos que o seu compatriota omitira — o lugar de Caminha em relação aos outros poetas portugueses e espanhóis do tempo, o possível contacto com Camões, a genealogia do poeta, assim como de protectores e amigos.

Esses subsídios para o estudo da sua vida e obra foram publicados em alemão como comentário e apêndice à edição de Priebisch, na *Revue Hispanique* (VIII, 1901, pp. 338-450 — versão portuguesa de Adrien Roig/Olívio Caeiro, Lisboa, 1982 — INIC).

Conjecturas cuidadosas que contribuíram, todavia, substancialmente para valorizar um poeta que, embora homenageado em vida pelos «diletantes da corte que o rodeavam e que ele excede largamente no saber, na aplicação e na fecundidade», mas também pelo «velho mestre Sá de Miranda», pelo autor da *Diana*, pelo cantor do *Lima*, entre outros, viu poucas composições suas publicadas (p. 15).

Com esse contributo, esperava Carolina Michaëlis dar maior divulgação à obra de Caminha, tirá-la da sombra e, simultaneamente, enriquecer o legado que nos deixara a lírica peninsular do século XVI. Mas, segundo a nossa estudiosa, a definição da autoria passa também pelo esclarecimento de alguns passos mais obscuros da vida do poeta — detectar na lírica as marcas de uma vida amorosa atribulada que o força a exílios e desterros para olvidar amores socialmente interditos («Camões enamorado», *Diário de Lisboa*, n.º 866 — 4 de Fevereiro de 1924).

Outra preocupação de Carolina Michaëlis é não permitir que o vulto de Camões épico se imponha omnipresente, aglutinando ou eclipsando as suas outras facetas, principalmente a do lírico:

«*Os Lusíadas* foram, é verdade, traduzidos para todas as línguas cultas, em verso livre ou rimado (em hendecassílabos de verso branco ou na forma rigoro-

samente rimada das oitavas rimas), e pertencem hoje ao património de todo o erudito; as *Rimas*, porém, são praticamente desconhecidas, embora sejam do mais belo que, em qualquer país ou época, se produziu no campo da lírica. A razão disto deve residir no facto de o poeta se ter tornado famoso, primeiramente como épico, de modo que o lírico, cujas obras só mais tarde e, pouco a pouco, foram trazidas à luz, foi condenado a ficar na sombra. Por outro lado temos de ter em linha de conta que, em face da clara simplicidade da epopeia, da uniformidade do génio de que emanou, da constância da forma em que foi vasada, são incomensuravelmente maiores as dificuldades que a lírica nos apresenta, com toda a sua variedade de formas estróficas, na vasta escala de sentimentos que abrange, na multiplicidade das ideias, na obscuridade impenetrável que envolve muitas das alusões à época e às próprias vivências.» (*)

(Notas sobre o vol. I das *Poesias Completas* de L. de Camões traduzidas por W. Stock, *ZrPh*, IV, 1880, p. 591)

Lado a lado com Camões, outros dois autores merecem especial relevo, representando o primeiro uma tradição mais popular, e o outro, uma tradição erudita, frequentemente confundindo-se, mas que mereceram igual atenção nos estudos que a investigadora lhes consagrou: Gil Vicente e Sá de Miranda.

*Obras sobre Gil Vicente, Sá de Miranda
e outros autores quinhentistas*

Entre os seus estudos sobre Quinhentos, ressaltam as notas preparatórias de uma edição crítica da obra de Gil Vicente, precisamente conhecidas por *Notas vicentinas*, vindas a lume, entre 1912 e 1922, na *Revista da Universidade de Coimbra* e publicadas mais tarde em conjunto com a introdução à edição facsimilada do Centro de Estudos Históricos de Madrid (1922), também da autoria de Carolina Michaëlis, num volume único, com o título de *Autos Portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina*.

Embora reconheça os méritos dos seus antecessores e de todos aqueles que haviam detectado há muito a originalidade do «Plauto português», a investigadora apercebe-se da existência de pontos obscuros e duvidosos tanto na biografia como na bibliografia, e refere-se a uma crítica de textos ainda em fase incipiente, a um desconhecimento total da intelectualidade e da psique do autor, das fontes do seu lirismo, das «determinantes da sua índole tão generosamente democrática». Estes e outros pontos, propunha-se a investigadora aclará-los ao longo das suas notas. Começando pela constatação de que o autor vicentino fora representado em Bruxelas perante humanistas ilustres — Erasmo, Damião de Góis e André de Resende («Gil Vicente em Bruxelas» — Nota I), e prossequindo com o estudo do papel desempenhado pela Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, como protectora de Gil Vicente, («A rainha velha e o monólogo do vaqueiro» — Nota II), e com a defesa da exis-

tência de *uma* só obra e não de duas, como se pensava, no que respeitava ao *Romance à Morte del Rei Dom Manuel e à Aclamação de Dom João Terceiro* (Nota III), Carolina Michaëlis encerra as suas notas com a mais extensa de todas, na qual procura «solucionar problemas relativos ao saber do fundador do teatro português: seus estudos, suas leituras, seu poliglottismo...», destruindo de certa maneira a imagem de Gil Vicente como dramaturgo apenas ingénuo e popular («Cultura intelectual e nobreza literária» — Nota IV).

A Sá de Miranda, humanista, homem de bom saber, que, entre outros, hostilizou «a técnica tosca e infantil dos Autos e a indisciplina da fantasia medieval», vai Carolina Michaëlis consagrar o seu saber e a sua vasta erudição. De Sá de Miranda dá à estampa, em 1885, uma edição das Poesias (*Poesias de Francisco de Sá de Miranda. — Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato*, Halle, 1885) e, em 1911, publica um conjunto de estudos com o título «Novos Estudos sobre Sá de Miranda» (*Boletim da Segunda Classe, Actas e Pareceres, Estudos e Documentos e Notícias*, vol. V, 1911, pp. 9-230). Mas, em Sá de Miranda, «o arauto do novo estilo italiano», valoriza ela, como os contemporâneos o teriam feito, a originalidade das suas *Satyras*, ironicamente vertidas na forma tradicional da redondilha.

O que nos parece relevante neste encadeamento dos estudos de Carolina Michaëlis, aparentemente

desconexos, pelo seu elevado número e pela diversidade de assuntos abordados, é o reconhecimento, por parte da investigadora, de interdependências, de pontos de contacto entre eles, porque, como constatava, «sem Miranda... não florescia um Camões!». E Camilo não poupa elogios a Carolina Michaëlis, concluindo que, se a investigadora não tivesse vindo para Portugal, nunca teria sido feito o estudo condigno da obra de Sá de Miranda.

Os estudos histórico-literários da investigadora não se limitam, porém, a estes três autores. Outros quincentistas a interessam: Cristóvão Falcão, Bernardim Ribeiro. Outros géneros literários a apaixonam pelos problemas de autoria que levantam, como é o caso do *Amadis de Gaula* e do *Palmeirim de Inglaterra*. A procura das influências e dos modelos levam-na a retroceder cada vez mais até chegar à Idade Média, como sucede com o seu estudo fundamental «André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis» (in *O Arqueólogo Português*, XXIV, 1919-20, pp. 177-93).

*Da lírica medieval
e do romanceiro velho*

Prova mais do que suficiente desse seu interesse pelas «origens» é a edição do *Cancioneiro da Ajuda*. Conforme confessa na sua advertência preliminar, nele trabalhou mais de um quarto de século, pratica-

mente desde que se fixou em Portugal, pois, de Maio a Setembro de 1877, passou «meses felizes e saudosos» na «empresa de decifrar e copiar, com paixão e paciência essas páginas seis vezes seculares» (vol. I, p. V). A rainha D. Amélia, a quem dedica o trabalho, incentiva-a; Alexandre Herculano põe-lhe à disposição a sua residência de bibliotecário do Palácio da Ajuda, e, mais tarde, Leite de Vasconcelos ajudá-la-á na tarefa de rever as provas.

A edição do *Cancioneiro da Ajuda* (Halle, 1904) abrange dois volumes. No primeiro, apresenta a edição crítica e comentada dos textos, com resumos em alemão, notas e esquemas métricos. Num segundo, as investigações bibliográficas, paleográficas, biográficas e histórico-literárias. Situando-se na linha da valorização da literatura medieval peninsular, como se torna moda na Alemanha dos princípios do século XIX e, depois, nos outros países, e reconhecendo os méritos desses seus antecessores, inicia o estudo subsidiário dos textos, com um levantamento dos escritos relativos aos cancioneros galaico-portugueses publicados entre 1818 e 1899. Nomes como o de Diez, Bellermann, Wolf, entre outros seus compatriotas, e os de Teófilo Braga, Gaston Paris ou de Menendez y Pelayo, são os mais representados com citações de obras, ensaios, artigos de que são autores.

Passando em seguida à história do códice, procura traçar o percurso, em autores portugueses, das alusões a Cancioneiros e a poetas arcaicos, com especial relevo para D. Dinis.

Mais uma vez podemos comprovar a perfeita concatenação dos estudos de Carolina Michaëlis.

São precisamente dois dos autores, sobre os quais mais incidiram as suas investigações, os quinhentistas Sá de Miranda e Camões que, na sua obra lírica, juntamente com António Ferreira, antes de 1585, aludem, mais frequentemente, à poesia trovadoresca. Antes de passar à descrição do códice, tece conjecturas quanto às bibliotecas onde este possivelmente esteve. Aprofunda, em seguida, as relações com os Cancioneiros da Vaticana e de Colloci, os apógrafos italianos com os quais teria formado um todo, uma espécie de Cancioneiro Geral da primeira época da lírica peninsular.

A ordenação das cantigas em cada uma das partes desse Cancioneiro Geral, o âmbito cronológico, a problemática da lírica provençal, são algumas das questões que merecem a sua atenção antes de traçar a história da «coleccionação» de textos líricos. Esgotando todos os documentos que tinha ao seu alcance — as cantigas das três compilações, os testemunhos impressos da história nacional, como anais, crónicas, forais, leis e outros —, procura traçar a biografia dos vários poetas representados no *Cancioneiro da Ajuda*, a sua origem social, cortes onde poetaram, estabelecendo as diferenças que apresentavam em relação aos trovadores provençais. Aprofunda a história das relações da Península com a França e com a Provença, constatando que havia um predomínio da Galiza no que respeita a origem dos trovadores deste Cancioneiro, e dedica ao assunto um capítulo, pressupondo que a Galiza teria sido o centro da cultura peninsular entre 800 e 1135, em parte

devido à importância dos caminhos que levavam a Santiago de Compostela.

Refere-se ainda à existência de uma poesia lírica popular medieval, com a qual se relacionariam as composições trovadorescas. Toda essa rica tradição não estaria, todavia, morta: a investigadora adivinhava-a ainda subjacente a muitas cantigas que, nos seus dias, continuavam a acompanhar festejos populares, ou, na cidade, às que constituíam as «letras» dos fadistas de Lisboa.

Este empenhamento em reconstruir certas linhas mantidas através de uma tradição oral revelar-se-á sobretudo num dos estudos mais relevantes da sua extensa obra de investigadora — um conjunto de ensaios sobre o romanceiro peninsular, a que deu o título de *Romances Velhos em Portugal* (vindos a lume na Revista *Cultura española*, entre 1907-1909). Esta compilação fora já precedida de estudos publicados, com o título «Estudos sobre o Romanceiro Peninsular», na *Revista Lusitana* (II, 1890-92, pp. 156-79, 193-240) e de outros aparecidos em alemão na *ZrPh* (vol. XVI, 1892, pp. 40-89, 397-421), os «Romanzenstudien».

Lamenta que, em Portugal, não se dispusesse de estudos científicos e criteriosos sobre este assunto, como os que estavam a ser realizados em Espanha por Ramón Menéndez Pidal quanto aos textos tradicionais que sobreviviam, não só no continente, mas em todas as terras de além-mar, por onde haviam passado espanhóis.

Adopta a distribuição e classificação dos diversos romances já estabelecidas por Wolf, Milá y Fon-

tanals e Menéndez Pidal (embora as modifique), e tenta estudar cada um desses romances, localizando o seu rasto (citações e alusões) na obra de diversos autores — Gil Vicente, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Baltasar Dias, D. Francisco Manuel de Melo e outros.

Uma história da Literatura Portuguesa

O estudo histórico-literário da poesia trovadoresca, dos romances, assim como de todos os autores por nós seleccionados de entre a vastíssima obra de erudição de Carolina Michaëlis, como aqueles que haviam sido objecto de estudos mais importantes, fora já feito por ela no seu Escorço de Literatura Portuguesa, *Geschichte der portugiesischen Literatur*, inserido no *Grundriss der romanischen Philologie* de Gustav Gröber (Estrasburgo, 1897).

No segundo volume da edição do *Cancioneiro da Ajuda*, Carolina Michaëlis historia a génese desse estudo. A pedido de vários eruditos estrangeiros, redigiu aquilo que considera ser «o primeiro resumo metodicamente ordenado dos factos historicamente mais importantes da literatura portuguesa apurados até 1892». Trata-se do único trabalho seu realizado em colaboração com Teófilo Braga. Embora tivesse delegado no estudioso português a satisfação desse pedido, acabou por tomar entre mãos o trabalho iniciado por este, insatisfeita com a demora e com as falhas que ele revelava.

Da responsabilidade de Teófilo Braga é, por conseguinte, apenas o período que decorre do século XVII até aos anos 60 do século XIX, onde se detém, depois de analisar a acção do grupo dos jovens de Coimbra (a denominada Escola de Coimbra) e a sua oposição a Castilho. Necessário é acrescentar que a investigadora achou por bem supervisionar o estudo do seu colega de ofício, introduzindo novos elementos, pormenorizando e rectificando, sempre que lhe pareceu estar perante as consabidas faltas de exactidão do estudioso português.

Podemos, por conseguinte, afirmar sem exagero que o estudo, na sua quase totalidade, é da autoria de Carolina Michaëlis.

Com esta *História da Literatura Portuguesa* propunha-se a romanista ultrapassar as deficiências, colmatar as lacunas que apresentavam as tentativas anteriores, principalmente os vários volumes que Teófilo Braga já dera à estampa e com os quais pretendia, pouco a pouco, dar corpo à sua *História da Literatura Portuguesa*.

Na «Introdução», sintetiza-o nas seguintes palavras:

«Uma História da Literatura Nacional Portuguesa, completa e bem estruturada, que satisfizesse em absoluto todos os requisitos quanto à crítica, pragmatismo, equilíbrio e exactidão, constitui hoje — visto que os estudos preliminares em que deve assentar uma tal obra são inexistentes — empresa tão irrealizável como no tempo de Wolf.» (*)

(Grundriss, p. 139)

Exactidão, sentido crítico, pragmatismo, equilíbrio, princípios que, como vimos, nortearam sempre todos os trabalhos da grande romanista. Mas também uma intensa ternura e admiração pela sua segunda pátria, sentimentos que, todavia, não a tornam cega aos defeitos do português, nem lhe roubam a imparcialidade.

Por essa razão, afigura-se-nos extraordinariamente representativa e interessante a sua «Introdução» a esta obra.

Aliada aos juízos mais desfavoráveis sobre o modo de ser português, sobressai a necessidade de valorizar, de dignificar a cultura portuguesa, despertando o interesse do povo por um património que, só por ignorância, desleixo ou apatia, se insistia em desconhecer.

Acentua a individualidade portuguesa, a sua autonomia, pois o português, ao assimilar diferentemente as influências recebidas e ao afirmar-se como predominantemente marítimo, desenvolveu outras atitudes de abertura, de tolerância, uma forma de estar no mundo muito sua, diferente da do castelhano.

A situação geográfica determina aquilo que Carolina Michaëlis resume na expressão «alma portuguesa», e que se caracteriza por um «sentimentalismo brando e bucólico, por um saudosismo melancólico, que a palavra *saudades* define melhor e mais sucintamente do que qualquer outra, pelo seu proverbial enamoramento, pelo seu ‘morrer de amor’».

(*Grundriss*, p. 130).

Assim se justifica a rica produção literária em determinados campos, com um predomínio da lírica de tom acentuadamente bucólico. Produção não totalmente independente da espanhola, literatura a muitos títulos mais receptiva do que criadora, que não deixou, contudo, de legar obras originais, onde se conseguiu um «aportuguesamento», mesmo naqueles casos em que se adoptaram modelos espanhóis, provençais, franceses ou italianos.

«No entanto, estes [os Portugueses] não receberam e não retomaram tudo indiscriminadamente, mas, seguindo a sua inclinação própria, seleccionaram e imitaram de maneira muito diferente de como outros o fizeram. Tanto a lírica trovadoresca, como o Renascimento, tanto o Classicismo como o Romantismo, apresentam-se, em Portugal, como bem portugueses.» (*)

(Grundriss, p. 132)

Mas em que obras se vem a revelar mais nitidamente essa especificidade portuguesa? Carolina Michaëlis pormenoriza-as, visto que é a partir delas que irá estruturar o seu estudo: nas obras de historiografia, nas «histórias de naufrágios», no romance de cavalaria *Amadis*, no romance pastoril *Diana*, na lírica do enamorado Macias, nas églogas e na poesia popular que influenciara já os trovadores. Contudo, é sobretudo na epopeia histórica que essa individualidade se manifesta plenamente, já que nela culmina também todo um processo de autonomização política.

«Camões viveu e vive, e através dele o povo dos Lusíadas.»

(*Grundriss*, p. 133)

A missão da romanista será agora despertar, primeiro, os estudiosos, depois o leitor comum português, para um rico património literário que até então não havia sido suficientemente estudado nem valorizado. A mesma mágoa e a mesma desilusão perpassam através da maior parte dos seus prefácios ou das simples considerações preliminares com que abre os seus estudos:

«É difícil dar uma ideia do enormíssimo desinteresse dos Portugueses pelo seu património, fama e bom nome.» (*)

(*Grundriss*, p. 137)

ou

«Como explicar e em que se fundamenta este desprezo para com os bens culturais, tanto os próprios como os alheios? Esta prodigalidade leviana? A antipatia pelos dados objectivos, pelos factos em si? Considero-os, como já o afirmei, o reverso triste do talento poético dos portugueses, da sua riqueza natural, do seu cosmopolitismo caloroso e tolerante. Para este povo costeiro, dotado, receptivo e sensível, o poetar torna-se demasiado fácil. Não há quase ninguém que não o consiga. Quase todos o fazem. E, se hoje se perde um poema, amanhã faz-se outro.

Para quê aperfeiçoar, compilar e copiar, tarefas maçadoras, morosas, aborrecidas, quando se pode improvisar com a maior das facilidades? [...] Aquilo que se alcança sem trabalho nem luta, não é também muito respeitado nos outros. Deste modo tudo o que é português e contemporâneo é menosprezado e visto de soslaio. Só se admira e imita o que está longe no tempo, ou, no espaço, o que é estrangeiro. Por tudo quanto é português só se interessam, quando é antigo ou se perdeu. Só o sabem apreciar, a partir do momento em que de um autor ou da sua obra apenas restam relatos que a tradição lhes faz chegar ou histórias vagas. Ou então quando o estrangeiro sobre eles lançou o seu veredicto, elogiando-os.» (*)

(Grundriss, p. 138)

A multiplicidade de estudos que se centram numa produção literária que lhe não é contemporânea, pode induzir o leitor de hoje em erro. Tal não significa um alheamento da investigadora em relação à literatura do seu tempo.

Embora tenha tido contacto com muitos dos escritores seus contemporâneos, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Júlio Dantas, Afonso Lopes Vieira, João de Deus, Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, para só citar alguns, é sobre Antero de Quental que concentra a sua atenção e se debruça pontualmente. No volume de estudos em memória do poeta açoriano — *Antero de Quental. In Memoriam* (Porto, 1896), dedica-lhe um estudo mais pessoal, «Antero e a Alemanha».

Mais pessoal, dizíamos, porque, para além da abordagem das influências filosóficas e literárias alemãs na obra anterior, do relato das diligências empreendidas pela ilustre romanista para divulgar a obra de Antero na Alemanha (tentando, por exemplo, convencer o Prof. Storck a traduzi-lo), da alusão a um certo desinteresse por parte da crítica contemporânea perante a qualidade dos sonetos anteriores, o que por todo o texto perpassa é uma compreensão plena, uma proximidade procurada em relação ao vulto trágico de Antero, de quem Carolina Michaëlis havia sido, ao longo das graves crises, atenta confidente.

Reflexão sobre a «saudade»

Na literatura portuguesa, reconheceu Carolina Michaëlis, como atrás referimos, uma certa pobreza, uma permeabilidade fácil a influências estrangeiras, embora soubesse as mais das vezes «aportuguesá-las», e um sentimentalismo que explica eventualmente a riqueza e a qualidade da produção lírica.

A interdependência entre a literatura e a psicologia de um povo, neste caso o português, desenvolve-a ela num curioso estudo sobre a saudade — *A Saudade Portuguesa* (Porto, 1914). O pretexto para este livrinho é a consulta que lhe foi feita por um erudito espanhol sobre a origem de um intermezzo «Saudade minha, quando te varia?», extraído das *Rimas* de Camões e que surgia entrelaçado no drama de Luis Velez de Guevara, *Reinar despues de morir*. A sau-

dade é estudada como «vocábulo» e como «ideia», e, ao destrinçar as paráfrases modernas a este mote e ao abordar o vulto de Inês de Castro na história e na literatura peninsulares, confirma a persistência deste estado de alma na literatura portuguesa:

«A saudade e o *morrer de amor* [...] são realmente as sensações que vibram nas melhores obras da literatura portuguesa, naquelas que lhe dão nome e renome [...]. Não faltam no Cancioneiro do povo, nem já faltavam na sua fase arcaica, nos reflexos cultos da musa popular que possuímos, isto é, nos cantares de amor e de amigo dos trovadores galego-portugueses [...].»

(pp. 35-36)

Estudos filológicos

Todos os estudos literários levados a cabo pela investigadora, estudos densos e cuidadosamente fundamentados, não teriam sido possíveis, como já no início constatámos, sem uma séria preparação no campo da Filologia, preparação que iniciou na juventude e continuamente aprofundou, e que foi ampliando com as mais recentes aquisições no domínio dessa disciplina.

Abordando quer os textos dos Cancioneiros («Glossário do Cancioneiro da Ajuda», in *Revista Lusitana* XXIII, 1920, pp. 1-95), quer o teatro vicentino e os poemas camonianos, ou o tratado de Mestre Giraldo, físico de D. Dinis («Mestre Giraldo e os

seus tratados de alveitaria e cetraria», Separata da *Revista Lusitana*. «Parte I: Estudo literário». «Parte II: Estudos etimológicos. Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas românicas peninsulares», Lisboa 1911), sempre a estudiosa revelou a mesma segurança, o espírito científico já demonstrado em 1876 nos seus estudos sobre a etimologia das palavras em romance, *Studien zur romanischen Wortschöpfung* (Lípsia). Todos estes estudos puderam ser concretizados, graças sobretudo ao conhecimento que Carolina Michaëlis tinha de línguas antigas e modernas, principalmente das românicas, o que lhe permitiu não só ter acesso aos documentos mais difíceis como também trocar informações com muitos investigadores, principalmente romanistas, do tempo.

Exemplo modelar da solidez da sua preparação filológica serão, no fundo, as preleções feitas aos seus alunos de Coimbra ao longo dos vários anos de docência na respectiva Faculdade de Letras e reunidas no volume *Lições de Filologia Portuguesa* (Cursos de 1911/12 e 1912/13; 1917/18), pois Carolina Michaëlis não foi apenas incansável investigadora, mas também docente universitária, para quem a tarefa de ensinar não se apresentava de menor importância.

No discurso de apresentação proferido na Sala dos Capelos de Coimbra, ao iniciar as suas funções na Universidade, não se esquece de ressaltar o muito que espera dos seus alunos, o seu «zelo instigador», porque «docendo discimus» (Curso 1911/12 e 1912/13, p. 6).

Interesse pela Etnografia

Também pela área dos estudos etnográficos começou Carolina Michaëlis a interessar-se apenas depois de se fixar em Portugal; diríamos que à medida que as suas investigações etimológicas sobre o português lhe exigiam fundamentos de ordem etnográfica.

Entre os seus trabalhos neste domínio sobressai, como mais significativo, a monografia sobre púcaros (*Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*, Coimbra 1921). Contrariando a tese que defendia a origem americana dos púcaros, Carolina Michaëlis demonstra que são originários da Península e que, na Literatura Portuguesa, lhes são feitas frequentes alusões. A sua presença é testemunhada por várias práticas quotidianas e supersticiosas. Para comprovar essa longa tradição peninsular, nada melhor do que a abundante referência que aos púcaros é feita pelo adagiário popular.

Os adágios interessam-na de um modo global e a sua compilação é uma das tarefas que se propõe realizar, reunindo o maior número possível em «Tausend portugiesische Sprichwörter» (*Festschrift zum siebzigsten Geburtstage Adolf Toblers*, Braunschweig, 1905, pp. 13-48).

Outros estudos

Frequentes vezes alude Carolina Michaëlis aos obstáculos que teve de vencer, como mulher, para levar a cabo os seus estudos e investigações:

«No tempo da minha juventude a entrada nas Universidades ainda estava rigorosamente vedada às estudiosas do sexo feminino, mesmo em Berlim, minha cidade natal, a metrópole da inteligência, como é costume chamá-la. À força tive de ser autodidacta, tendo por mestres apenas livros.»

(*Lições de Filologia Portuguesa*
Cursos de 1911/12 e de 1912/13, p. 5)

O problema da instrução feminina, a necessidade de esclarecimento das mulheres quanto aos seus direitos e capacidades, são algumas das preocupações que transparecem dos artigos com que colaborou no *Handbuch der Frauenbewegung* («Manual do movimento feminista») org. por Helene Lange e Gertrud Bäumer (4 vols., Berlim, 1901 — Tradução portuguesa de excertos em diversos números de *O Primeiro de Janeiro* de Setembro de 1902) ou das notas que já anteriormente (Novembro de 1896) havia publicado no *Comércio do Porto* sobre o Congresso Feminista de Berlim.

No vol. I do citado *Handbuch der Frauenbewegung* colabora Carolina Michaëlis com uma análise do movimento feminista na Península Ibérica (pp. 424-455) e, no vol. III, com um estudo sobre a educação das mulheres em Portugal (pp. 409-434). A leitura dessas páginas revela-nos, de forma exemplar, essa outra faceta da investigadora que os estudos científicos, a vasta erudição, pareciam querer ocultar — a analista da situação social e política do seu tempo, preocupada em intervir e mudar, sempre

que as circunstâncias revelavam um país estagnado, no qual se verificavam situações de injustiça e marginalização.

A caracterização da mulher portuguesa, que vive ainda dentro das limitações de uma sociedade tradicionalista e ancestral, opõe ela a portuguesa de «novo estilo», educada laicamente em instituições de cariz diferente, que luta por outra situação jurídica e social. O saber, o trabalho, a liberdade, a responsabilidade, são objectivos que a mulher portuguesa desconhece, vegetando sob o protecçãoismo de uma estrutura familiar anquilosada e, o que é ainda mais grave, de uma estrutura política que reprime a mudança, pois é ao Estado o qual até então desleixou a educação feminina que cabe, em última instância, a responsabilidade de tal atraso e estagnação.

Como afirma peremptoriamente Carolina Michaëlis: «A questão feminina em Espanha e Portugal é antes de tudo uma questão de instrução» (*op. cit.* vol. I, p. 427). Chamar a atenção para a capacidade criativa da mulher no campo literário e cultural é, por conseguinte, preocupação que transparece de alguns dos seus estudos histórico-literários, como, por exemplo, de *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas* (Porto, 1902).

A relação da mulher com a cultura, a participação activa da mulher na vida literária (neste caso, na de Quinhentos), a função aglutinadora de tendências e modas que ela muitas vezes assume dentro de determinadas estruturas sociais, como é o caso de uma corte, levam-na a interessar-se por traçar o retrato de alguns desses vultos femininos — Públia Hor-

tênsia de Castro, Luísa Sigea, Paula Vicente, entre outras. Carolina Michaëlis segue atentamente todas as tomadas de posição das mulheres portuguesas. Adere ainda ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, de que vem a ser presidente honorária.

Educar a mulher, mas educar também a criança. Já em 1873, ainda na Alemanha, na sua colaboração para a rubrica «Neues aus Spanien und Portugal» da revista, publicada em Berlim, *Magazin für die Literatur des Auslandes*, a que já aludimos, Carolina Michaëlis lembrava que era principalmente no campo da educação que havia necessidade de operar a grande mudança em Portugal e citava, como testemunho, a conferência que um dos três jovens «conspiradores», Adolfo Coelho, pronunciara dois anos antes, no Casino de Lisboa, subordinada precisamente ao tema «A questão do ensino». E concluía:

«Como se vê, os danos são ainda maiores, as feridas mais profundas do que nós no estrangeiro podemos imaginar, e teremos de chegar como o autor às mesmas conclusões: professores que leccionam como ele descreve não são dignos, pela sua ignorância e inércia, de ocupar qualquer cátedra, alunos que são capazes de aturar um tal ensino, perderam a consciência da elevação e da dignidade da sua missão, um governo que permite que a educação da juventude fique estagnada em tais mãos, é um governo despido de espírito e de sentimentos. As gerações que forem educadas em tais instituições, por tais professores e com tais livros, só por milagre poderão conservar no fim uma centelha de razão sã.» (*)

(*Neues*, p. 402)

A infância, o desconhecimento da psicologia infantil e os erros cometidos no ensino administrado nas escolas portuguesas são alguns dos problemas por que se interessa na área da Pedagogia e que aborda no âmbito de uma questão que a toca mais de perto, o ensino da leitura.

Um ano depois de se ter fixado em Portugal, publica em *O Ensino* (1, Porto, 1877, n.º 2, pp. 9-15; n.º 3, pp. 17-19; n.º 5, pp. 33-39) uma série de artigos sobre «A cartilha portuguesa e em especial a do Sr. João de Deus». Lamentando a falta de uma literatura como a que existia na Alemanha dirigida à criança, aponta caminhos para ultrapassar essa lacuna, e sugere os há muito trilhados no seu país de origem: sobretudo compilar os contos tradicionais, pois «um princípio hostil destruiu grande parte das tradições populares portuguesas e banuiu o conto do seu legítimo lugar». Revalorizar a tradição e utilizar os textos da literatura tradicional na aprendizagem da leitura constituiriam principais marcos no trajecto para uma autêntica educação popular. Em João de Deus pressentia, embora com algumas falhas que não deixa de apontar, um grande passo na prossecução desse objectivo.

A acção de Carolina Michaëlis alarga-se a outros campos. Prefacia numerosas obras, colabora em várias enciclopédias estrangeiras com artigos de divulgação sobre literatura portuguesa (*Brockhaus' Konversationslexikon*, *Meyers Grosses Konversations-Lexikon*, *La Grande Encyclopédie*), dirige durante alguns anos a revista *Lusitânia* (1924-1927).

Os contemporâneos não lhe poupam elogios, nem escondem a admiração que um tão elevado espírito científico e um tal empenhamento na investigação neles suscitam.

Gaston Paris perguntava-lhe como era possível aos dezanove anos ter conhecimentos tão vastos, e comparava-a à «donzela que vai à guerra» do romanceiro, perante a qual, aos cavaleiros, nada mais restava, senão submeterem-se (Carta de 18 Nov. 1871, *Boletim da Segunda Classe* — Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Notícias, da Academia das Ciências de Lisboa, vol. V, 1981, p. 283). E Menendez y Pelayo, qualificando-a com atributos mais suaves, via nela «a fada benéfica que a Alemanha enviou ao Porto para ilustrar gloriosamente as letras portuguesas». Elogios como estes, encontramos-os frequentes vezes, sempre que o seu nome e os seus estudos surgem citados.

CONCLUSÃO

Adoptando uma perspectiva eminentemente filológico-histórica e histórico-cultural, a obra de Carolina Michaëlis assenta, como tivemos várias vezes ocasião de o afirmar, em demorada e enorme documentação, e revela uma erudição posta ao serviço, quer de problemas de alcance geral (por exemplo, o levantamento de genealogias no estudo sobre Pedro Andrade Caminha) quer do mais ínfimo pormenor, como no caso das notas sobre a tradução de Storck das *Rimas* de Camões, publicadas na *ZrPh*. A partir de um trabalho aturado de investigação em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, ela esboça visões amplas ou detecta elementos quase inlocalizáveis que ainda hoje continuam a ser ponto de partida para muitos estudos nos domínios pelos quais Carolina Michaëlis se interessou.

Contudo, apesar da importância decisiva do seu contributo para o estudo da língua, da literatura e da cultura portuguesa, não possuímos até à data nenhum estudo relevante sobre a personalidade e obra de «D. Carolina», como familiarmente a tratavam e continuam a tratar nos meios universitários. O leitor

mais interessado em aprofundar as informações biográficas que, esporádica e fragmentariamente, alguns estudos, sobretudo de seus contemporâneos, deixam entrever, defrontar-se-á com uma tarefa morosa e complexa: construir traço a traço um retrato, não apenas o retrato da investigadora e erudita aparentemente alheia aos problemas do seu tempo, mas uma fisionomia íntegra donde transpareça precisamente esse seu empenhamento em questões de âmbito social (como a situação da mulher em Portugal ou a questão do ensino), as suas concepções políticas, éticas e religiosas. O que nos falta é um retrato de corpo inteiro donde sobressaia a mulher «completa», atenta à família, aos problemas da sociedade portuguesa do tempo, mas simultaneamente vivendo apaixonada e dedicadamente o seu trabalho de investigadora e de docente.

As considerações acerca da dificuldade em traçar a biografia das intelectuais portuguesas, considerações com que Carolina Michaëlis abre o seu estudo sobre *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, poderiam ser igualmente pronunciadas por todo aquele que procure hoje traçar o perfil da ilustre investigadora:

«Analisar a psique portuguesa nas suas exteriorizações femininas, traçar o perfil, contar a vida de damas ilustres, mesmo que não seja em volumosos estudos, mas apenas em esboços ligeiros, não é empresa facilmente realizável.

É bela, vasta e muito variada a galeria das que se salientaram na história pátria, tornando-se notáveis

quer por qualidades de espírito pouco vulgares, quer por acções ínclitas, ou apenas pela sorte ora trágica, ora comovedora que sofreram, ou enfim pela auréola de luz com que poetas por elas inspirados cingiram as suas fronte.

Os materiais para executar reconstruções sólidas são todavia escassos. Há penúria de documentos autênticos e informações concretas e precisas; principalmente com respeito às intelectuais. De pouquíssimas existem retratos fidedignos.

E o que é pior, nem uma só legou à posteridade confidências íntimas em *Memórias*, *Confissões autobiográficas* ou *Cartas familiares* — janelas da alma que revelam consciências, segundo o dito de um afamado crítico francês. Raríssimas são também as que escreveram obras de fantasia, em que, sob nomes de convenção, se retratam a si próprias, ou pelo menos espelham o carácter, a fisionomia mental, o seu mundo afectivo, o credo filosófico que professaram.

Só à luz de acontecimentos, mais ou menos documentados, e através de temperamentos alheios é que conseguimos distinguir a sua índole.» (pp. 1-2)

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

José Leite de Vasconcelos publicou no *Boletim da Segunda Classe, Actas e Pareceres. Estudos, Documentos e Notícias*, vol. V, 1911, Academia das Ciências de Lisboa (Coimbra, Imp. da Universidade, 1912, pp. 246-297), uma lista dos escritos de Carolina Michaëlis vindos a lume de 1867 a 1911. Em apêndice, procurou reunir as apreciações literárias a trabalhos da investigadora, assim como alguns apontamentos biográficos. Completava essa bibliografia uma selecção de cartas endereçadas a Carolina Michaëlis por romanistas notáveis do seu tempo e que esta se dignou pôr à disposição de Leite de Vasconcelos para publicação.

O citado número do *Boletim*, em parte dedicado a Carolina Michaëlis, contém ainda alguns breves artigos da autoria de Ricardo Jorge («Dona Carolina Michaëlis» pp. 302-312), Luise Ey («Dona Carolina Michaëlis na intimidade», pp. 231-245) e Manuel de Oliveira Ramos («A Senhora D. Carolina Michaëlis — a educadora», pp. 298-301).

Uma bibliografia completa da obra de Carolina Michaëlis foi organizada por Gerhard Moldenhauer,

em colaboração com a própria; é a que se encontra publicada na revista *Lusitânia* (*In Memoriam de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Fasc. X, vol. IV, Outubro de 1927, pp. 27-43). Esta bibliografia foi posteriormente actualizada pelo próprio Moldehauer, na *Miscelânea de Estudos em honra de D. Carolina Michaëlis* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933).

De entre os breves estudos dedicados à personalidade e obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, aconselhamos ainda a leitura de:

A. DE MAGALHÃES BASTO — *Figuras Literárias do Porto*, Porto, 1947 (pp. 233-247).

ALBIN EDUARD BEAU — *D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos* (conferência pronunciada no Instituto Alemão, Lisboa, 1958).

JACINTO DO PRADO COELHO — «Carolina Michaëlis de Vasconcelos» in *Dicionário de Literatura — Literatura Portuguesa — Literatura Brasileira — Literatura Galega — Estilística Literária*, Porto, 1973, vol. 3.º, pp. 1132-33.

HERNÂNI CIDADE — «D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos» in Joel Serrão (org.) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, 1971, vol. IV, pp. 251-53.

TERESA LEITÃO DE BARROS — *Escritoras de Portugal*, Lisboa, 1924, 2.º vol. pp. 293-309.

RUY D' ABREU TORRES — *Cultura Portuguesa*, s.l./s.d., vol. 16, pp. 156-165.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS — *Etnografia Portuguesa*, I, Lisboa, 1980, pp. 275-277.

Para um conhecimento mais «íntimo» da investigadora, parece-nos legítimo destacar, para além do breve estudo de Luise Ey, já mencionado, o conjunto de cartas dirigidas por Carolina Michaëlis a Alfredo Pimenta, e que este reuniu no volume — *Das Origens da Poesia Peninsular — Estudo seguido de 47 Cartas Dirigidas a Alfredo Pimenta* (Lisboa, 1931).

ÍNDICE

BREVE NOTÍCIA BIOGRÁFICA	3
UMA VASTA OBRA DE SABER E ERUDIÇÃO	15
Primeiros estudos realizados em Portugal	16
Dominios preferenciais de investigação	19
Estudos camonianos	20
Obras sobre Gil Vicente, Sá de Miranda e outros autores quinzentistas	29
Da lírica medieval e do romanceiro velho	31
Uma história da Literatura Portuguesa	35
Reflexão sobre a «saudade»	41
Estudos filológicos	42
Interesse pela Etnografia	44
Outros estudos	44
CONCLUSÃO	51
BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL	55

COLECÇÃO ESSENCIAL

1. IRENE LISBOA
por Paula Morão
2. ANTERO DE QUENTAL
por Ana Maria Almeida Martins
3. A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE
por José Mattoso
4. A CONDIÇÃO FEMININA
por Maria Antónia Palla
5. CULTURA MEDIEVAL PORTUGUESA
(Séculos XI a XIV)
por José Mattoso
6. OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
DA CULTURA PORTUGUESA
por Jorge Dias
7. JOSEFA D'ÓBIDOS
por Vitor Serrão
8. MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO
por Clara Rocha
9. FERNANDO PESSOA
por Maria José de Lancastre
10. GIL VICENTE
por Stephen Reckert
11. O CORSO E A PIRATARIA
por Ana Maria Pereira Ferreira
12. OS «BEBÉS-PROVETA»
por Clara Pinto Correia
13. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS
por Maria Assunção Pinto Correia

Composto e impresso por
Filográfica - Impressão e Artes Gráficas, Lda.
para
Imprensa Nacional/Casa da Moeda
em Fevereiro de 1986
com uma tiragem de sete mil exemplares.
Concepção gráfica do Gabinete Editorial da IN/CM

CÓDIGO: 213013000

EDIÇÃO: 12.310.232

DEPÓSITO LEGAL N.º 11706/86

